

# OS PAÍSES DO LESTE EUROPEU E O PÓS-MALTA\*

ADRIANO GUERRA

O que fez de 1989 um ano extraordinário e que não se repetirá foi a concomitância de três processos distintos, todos eles intensos e convulsionantes, que ao longo dos meses foram progressivamente se entrelaçando até desembocarem num único movimento de transformação da organização européia e internacional: a queda do sistema autoritário do socialismo soviético na Europa Central e Oriental, o fim do longo pós-guerra e, em particular, da organização da Europa surgida ao concluir-se o terceiro conflito mundial, a crise – no que tange às relações entre Estados – da política pré-nuclear.

Os três processos podem e devem ser vistos separadamente. Não há dúvida, porém, que eles encontraram, se não um dado inicial comum, pelo menos uma fonte comum de unificação e de aceleração na política de Gorbachev. Não resta qualquer dúvida que a *perestroika* (que deve ser vista ao mesmo tempo como tomada de consciência, por parte daqueles que a apóiam e particularmente por Gorbachev, da natureza e da gravidade da crise e também como estratégia para enfrentá-la) é o fio que permite unir acontecimentos pelo menos aparentemente diversos e distantes, desde a queda do muro de Berlim e, com ele, do sistema político de partido único em todos os países do “campo

\* Tradução de José Rubens Siqueira.

soviético”, até o novo acordo americano-soviético, estabelecido em Malta.

Se a *perestroika* pôde ter e manter esse papel foi porque, em primeiro lugar, a crise do sistema do socialismo soviético, da qual ela nasceu, já se apresentava por si só não apenas como crise conjuntural e limitada, mas como crise geral de um modelo específico de organização da sociedade, com uma dimensão internacional própria e significativa: a resultante do fato de que se dissolvia um dos dois “campos” nos quais o mundo se havia dividido com a guerra fria. Tampouco – deve-se agora acrescentar – a dimensão internacional da crise do socialismo soviético diz respeito apenas à URSS e aos países da Europa Central e Oriental, onde o modelo havia sido imposto: de fato, não só o “campo” direto e hegemônico da URSS avançava muito além da Europa abarcando, de formas diversas, desde Cuba até o Vietnã, além de vários países de todos os continentes, mas no interior do grupo dos “países socialistas” ligados à URSS através do Pacto de Varsóvia e do Comecon, existiam – existem – não poucos países que buscaram inspiração na União Soviética para a sua escolha na política interna e na manutenção de sua política externa.

Se tentarmos ampliar o elenco desses países perceberemos logo que não estamos diante de dados estáveis. (Basta lembrar as freqüentes mudanças nas relações da URSS com o Egito, a Somália, a Etiópia e as diversas maneiras como esses países encararam a União Soviética ao longo de várias fases). No entanto, não há dúvida que dezenas de países do Terceiro Mundo, da Argélia ao Iêmen do Sul, de Angola ao Moçambique e ao Laos, depois de terem saído do colonialismo – muitas vezes com a ajuda determinante da URSS – sempre encararam o modelo soviético como exemplo de uma “via não-capitalista” para acabar com o subdesenvolvimento. É, portanto, até mesmo nesses países que se precisa pensar quando se fala da dimensão internacional da crise do sistema soviético.

É verdade que a crise não se manifesta com a mesma agudeza em todos os países e, para enfrentá-la, existe uma *perestroika* em ação: porém é inegável que, seja na URSS, seja nos países que até ontem formavam o “campo” do socialismo soviético, seja dentro do continente mais vasto das “vias não-capitalistas” experimentadas pelos países do Terceiro e Quarto Mundos, as lutas e discussões em curso abordam substancialmente os mesmos pontos: aqueles que, em sua essência, dizem respeito à

necessidade de modificar, a favor da sociedade, a relação entre esta e o Estado e de encaminhar um processo de democratização baseado na rejeição ao sistema de partido único. Tão numerosos e significativos são os pontos de união entre as várias situações, que pode-se verdadeiramente falar de uma “revolução democrática e anti-stalinista” geral (e anti-stalinista porque dedicada a golpear as estruturas e os homens do “modelo”), que tão profundamente abalou já todo o mundo do socialismo soviético.

### O FIM DA COALIZÃO ANTIFASCISTA E A FORMAÇÃO DO CAMPO SOVIÉTICO

É sem dúvida na Europa que a crise, que grassa contemporaneamente por todos os países do Pacto de Varsóvia, se tornou logo internacional. E isso ocorreu, de um lado porque a *perestroika* alimentou, em todos os países do “campo”, estímulos decisivos na direção de reformas radicais e da derrubada dos regimes autoritários e, por outro lado, porque – no momento em que o novo caminho se apresentava na URSS como reforma democrática – vieram a cair todas as motivações (que tinham como centro os temas da “defesa do verdadeiro socialismo”, do “papel de guia” do partido e da URSS etc.) usadas no passado para bloquear por vários meios (inclusive intervenções militares e instaurações de lei marcial) os estímulos por reformas.

Entre as reformas consideradas anteriormente como “incompatíveis com o socialismo” e que, por isso, tinham sido rejeitadas, não estavam, no entanto, apenas aquelas que tratavam dos aspectos de fundo das orientações internas. Estavam também, e sobretudo, aquelas ligadas a problemas de defesa do sistema de segurança soviético (concepção de “campo”, disciplina de campo, obrigações derivadas da participação no Pacto de Varsóvia) conforme se constituiu depois da crise da coalizão antifascista de 1947-48. Este dado é mencionado não apenas para determinar exatamente o que caiu em desuso naquele “elenco de incompatibilidades”, antes sumariamente indicado ao determinar os componentes relativos às políticas interna e externa, mas também para procurar definir os possíveis horizontes comuns das mudanças em curso. A menção ao rompimento de 1947-48 é importante e tem de ser sublinhada porque o sistema do

socialismo soviético, hoje se desmanchando, não tem seu ponto de partida em Ialta, como freqüentemente se afirma, nas mais diversas partes, confundindo a situação que precedeu e acompanhou a terceira guerra mundial com aquela do início da guerra fria, mas sim – e sobretudo – no período no qual a coalizão antifascista se esfacelou e as zonas de influência que vinham se formando, com base nas relações de força entre os aliados para serem depois sancionadas em Ialta e Potsdam, se tornaram “campos” separados e contrapostos.

Essa especificação não é de todo precipitada porque pode ajudar a determinar como, na realidade que estamos vivendo, seja antes ainda e mais ainda que o fim do longo pós-guerra, o fim de uma fase dela, que se abre justamente com a divisão da Europa amadurecida em 1947 e 1948. Quanto à referência à conferência da Criméia seria tanto mais possível de sustentar então – mas veremos adiante com quantas e quais reservas se pode abordar essa tese – quanto mais se estiver agora retornando de qualquer modo a Ialta, isto é, à Europa de 1944-45, deixando para trás as rupturas dos anos da guerra fria. De qualquer modo, se, ao se olhar para o “longo pós-guerra”, introduzirmos uma periodicidade que distinga a Europa de 1944-45 daquela dos anos seguintes, poderemos chegar à conclusão que o sistema do socialismo soviético nasceu por intermédio da transformação, levada avante por Stalin com os meios que conhecemos, das democracias populares de 1944-47, ainda substancialmente abertas e unificadas pelo antifascismo (no interior de uma Europa presidida pelos exércitos aliados e dividida em zonas de influência, mas ainda rompida em duas), nos Estados constituídos com base no modelo soviético e de direção soviética. E é justamente nesse momento que, além dos ordenamentos internos que deviam em todos os casos, mesmo que fosse através da fórmula das “variantes nacionais”, corresponder ao “modelo”, se tornava obrigatória para todos os países a aceitação da direção soviética na política externa.

Se com essa ótica, e refutando portanto a idéia de que de 1945 em diante tudo se desenvolveu na Europa e no mundo ao longo de um fio de continuidade linear, observarmos o “longo pós-guerra”, poderemos agora, de fato, estabelecer uma relação entre o encontro de Bush e Gorbachev, em Malta, no mês de dezembro de 1989 e a conferência de Ialta. É certo que, desta vez, na ilha do Mediterrâneo, faltou ao encontro com os presidentes

americano e soviético o representante da Inglaterra (outros impérios, além do soviético se esborroaram neste século que está para acabar...), mas em todo caso, é verdade que desta vez em Malta, como da outra vez na Criméia, estiveram presentes as grandes potências que regem a "ordem internacional", buscando um acordo para fazer frente aos problemas que surgem no momento em que o velho equilíbrio não funciona mais e é necessário se encontrar um novo.

A semelhança entre Ialta e Malta, porém, termina aqui. A especificidade da situação de hoje em relação à de 1945 está, antes de mais nada, no fato de as relações de força entre as grandes potências estarem agora radicalmente mudadas, a ponto de quase se subverterem. Em Ialta e depois, sobretudo nos meses seguintes, quando o Exército Vermelho, a caminho de Berlim, dominava umas depois das outras todas as capitais da Europa Central, os Estados Unidos (e a Inglaterra) tiveram de tomar posição diante do papel que a União Soviética tinha conquistado na Europa (e a "saída" de Ialta deveu-se, substancialmente, ao fato de os Estados Unidos, primeiro com Truman, depois com a bomba atômica... começarem a julgar não mais sustentável o acordo que Roosevelt havia firmado com Stalin, porque era favorável demais à URSS).

Em Malta, por outro lado, coube ao representante da URSS reconhecer que a organização da Europa de 1947 perdeu validade porque a crise do socialismo soviético, assolando a URSS e todos os países do Pacto de Varsóvia, esfacelou de fato o "campo" soviético, abrindo uma brecha fundamental no próprio sistema de segurança da URSS. Por isso, seja para a URSS, seja para os Estados Unidos, há necessidade e urgência – porque nada seria mais perigoso que se se formasse um vazio de dimensões tão graves na Europa – de um novo acordo com base no reconhecimento recíproco.

Justamente por se poder falar de um sucesso dos Estados Unidos, devido menos à política americana do que, principalmente, à *défaillance* da sua contraparte, é que se tornam facilmente compreensíveis as razões porque Bush propôs o encontro de Malta. Certamente a idéia de utilizar a crise soviética para obter, de um Gorbatchev em dificuldade, alguma coisa a mais, deve ter sido levada em consideração em Washington e, de fato, houve, depois das eleições presidenciais, um período nada breve durante o qual incertezas e dúvidas vieram à luz, suscitando,

e não somente em Moscou, visíveis preocupações. Deve-se considerar, porém, como sinal dos tempos o fato de que mesmo aqueles – lembre-se, por exemplo, de Brzezinski e Kissinger – mais cautelosos nos elogios ao Reagan do último período com sua política de diálogo com a URSS, se pronunciaram a favor de uma linha direta no acompanhamento de apoio aos impulsos de autonomia que se apresentavam nos vários países do Leste, fornecendo à URSS garantias concretas no que tange ao reconhecimento de seu papel na Europa e na questão de segurança.

Portanto, o que aconteceu em Malta e, posteriormente, sobretudo em relação à derrubada do muro de Berlim, demonstrou que Bush tinha escolhido não apenas confirmar a política de diálogo, mas também colocar na base das relações entre a URSS e os EUA o reconhecimento do quanto era insubstituível o papel e a "responsabilidade comum" de ambos, como grandes potências. Em outros termos – e aqui está aquilo que une, mas que também distingue Malta de Malta – seja em Moscou, seja em Washington, toma-se consciência do fato de que as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos se alteraram em favor do segundo, mas busca-se, ao mesmo tempo, confirmar que, de qualquer modo, a saída do pós-guerra atribui um papel insubstituível às duas potências que controlaram os "campos contrapostos" nos anos da guerra fria.

Um indicativo a esse respeito é o posicionamento assumido pelos dois países frente ao problema da unidade alemã, que veio a se tornar tão preponderante na ribalta. No momento em que havia, e não apenas em Bonn, quem, suscitando reações preocupadas de Paris e de Varsóvia, falasse de um processo de reunificação já impossível de se deter e diante do qual não se podia mais ter outra posição senão baixar a cabeça a um pronunciamento tão claro, em nome do princípio do pleno direito de todos os povos à autodeterminação, eis que os Estados Unidos e a União Soviética recordavam, com iniciativas concretas (reunindo em Berlim, por exemplo, pela primeira vez em muitos anos, os representantes dos países da aliança antifascista), que as duas Alemanhas eram, e ainda são, além de Estados independentes e soberanos, e como tais reconhecidos pela ONU, também "zonas de ocupação". No momento pois, em que a União Soviética propunha, através de Shevardnadze, em contraposição ao plano do chanceler Kohl, o seu plano sobre a questão da unidade

alemã, os Estados Unidos replicavam afirmando, em essência, a necessidade de uma posição comum das duas grandes potências.

Pode-se, portanto, falar de uma tendência comum de retorno a Ialta por parte dos Estados Unidos e da União Soviética?

### A "REVOLUÇÃO DE BAIXO" NO LESTE DA EUROPA

Tornando impossível de propor, apesar do que se disse antes, a idéia de que se esteja retornando da Europa de 1947-48 para a de 1945, e ao lado disso a definição de uma outra razão que impossibilita, além das semelhanças já apontadas, a identificação de Malta com Ialta, está o fato de que hoje, em relação aos primeiros anos do pós-guerra, quem faz a história, sobretudo, mas não só, na Europa Central e Oriental, são, além das grandes potências, outros protagonistas. Basta lembrar as manifestações que vimos percorrer com as mesmas palavras de ordem e com o mesmo ímpeto, de Varsóvia a Sófia, as ruas e praças de todas as capitais dos países do Pacto de Varsóvia. Basta lembrar as várias frentes, fóruns etc., surgidos em todos os países. A verdade é que tudo teve início, e quanto a isso as opiniões são unânimes, com Gorbachev e a sua *perestroika*. No entanto, na própria União Soviética só inicialmente se pode falar de "revolução de cima": solicitadas pela *glasnost* e pela possibilidade oferecida à opinião pública de fazer ouvir sua voz, novas agregações se afirmaram rapidamente em todos os países, ora para apoiar o novo rumo, ora para empurrá-lo na direção de objetivos mais radicais, ora para defender – ou ir contra – interesses e privilégios ameaçados. Ao mesmo tempo, a explosão das várias "questões nacionais" colocava problemas delicados e difíceis referentes à própria identidade do Estado soviético.

Isso na União Soviética. Nos países da Europa Central e Oriental o aspecto dominante era representado, por outro lado, desde o primeiro momento, pela força crescente dos impulsos democráticos de baixo. Enquanto os grupos dirigentes em geral viam com preocupação aquilo que amadurecia em Moscou, conscientes dos perigos que podiam surgir para a estabilidade de seu próprio poder, por parte de áreas sempre mais vastas da sociedade, se advertia que o impulso de Gorbachev podia abrir caminho para situações inteiramente novas e favoráveis ao

desenvolvimento de batalhas democráticas. Os primeiros sinais de novidade vieram da Polônia, quando o Solidariedade clandestino marginalizava os grupos mais radicais e se apresentava como força de governo, criando assim as condições que deviam levar tão rapidamente à eliminação do velho regime político.

Mesmo nos outros países ao lado dos grupos dissidentes, ou melhor, dos que restavam deles depois das repressões dos últimos anos de Brejnev, nasciam assim, depois de 1985 (e sobre temas que não eram apenas os de denúncia de injustiças, mas sim de elaboração de propostas), agrupamentos novos, por iniciativa ora da Igreja (como na RDA), ora de intelectuais isolados, ora dos reformadores e renovadores dos próprios partidos do poder, que encontravam consenso sempre mais amplo junto à opinião pública.

Tratava-se de forças com orientações, programas e capacidade de intervenção e representatividade diferentes de país para país, mas que no entanto tinham em comum, além dos objetivos gerais – eliminação das formas e políticas do stalinismo e conquista da plena independência nacional – também uma série de elementos constitutivos que colocavam em evidência sua origem comum. Assim, em conjunto e, de qualquer modo, mesmo antes que expressão de formas organizativas pertencentes ao passado (fossem quais fossem os partidos políticos operantes nos anos que precederam o conflito mundial e nos anos do pluripartidarismo particular de 1944-47) as novas agregações, dadas à luz de forma muitas vezes bastante clamorosa nos dias das grandes batalhas democráticas de 1989, se apresentavam em mais de um caso como expressão do pluralismo particular de interesses e de idéias, combatido e negado, mas nem por isso menos real, dos anos de monolitismo.

Nos vários organismos unitários que rapidamente brotavam, encontramos assim, muitas vezes, ao lado das siglas dos velhos partidos históricos (os partidos socialistas, social-democráticos, camponeses, liberais dos anos 20 e 30), as siglas de formações políticas que sobreviveram à instauração do regime de partido único e que, depois de haver aceitado por anos e anos papéis subalternos dentro do sistema político de direção comunista, readquiriam agora, com a autonomia, uma nova identidade: a dos grupos de dissidência política, cultural e religiosa dos anos 60 e 70 e também as dos novos movimentos pela defesa do meio

ambiente e da natureza, antes de mais nada formados para contestar a política de desenvolvimento.

Naturalmente, nem tudo aquilo que se move e é expressão de retomada democrática é, por si mesmo, democrático. Como avaliar, por exemplo, as manifestações de massa que tiveram lugar na Bulgária, para impedir a anulação de medidas tomadas no passado e destinadas a privar a minoria turca dos direitos mais elementares? Nem todos os impulsos de baixo são, no fim das contas, um testemunho de "revolução de baixo". Mesmo aquilo que aconteceu na Bulgária (onde o "impulso de baixo" dos nacionalistas se voltou, ao mesmo tempo, contra os comunistas do novo rumo e contra os grupos de oposição) ajuda a definir um outro aspecto que unifica as várias situações do Leste europeu, sacudido pela revolução democrática: a presença entre os "novos protagonistas" de forças e de grupos provenientes das alas do velho partido/Estado. Só no futuro saberemos qual a real consistência que é justo se atribuir às várias formações políticas nascidas dos velhos partidos comunistas. É também possível que poucas dessas consigam sobreviver às primeiras provas eleitorais. Tampouco se pode pensar que, a exemplo da Polônia, o novo rumo possa continuar a longo prazo tendo em sua base – além dos méritos que é justo que se reconheça a quem, como o general Jaruzelski, soube escolher no final a via do diálogo – o compromisso com os homens e grupos que desejaram e geriram o golpe militar de dezembro de 1981.

É todavia certo que na fase ora em curso nos vários países da revolução democrática e da transição para regimes plenamente democráticos, que chegou até o ponto, como na Romênia, de se discutir a possibilidade de colocar o velho partido fora da lei (que se havia tornado expressão e instrumento da ditadura pessoal), os reformistas e os renovadores surgidos no interior do partido único tiveram um papel não indiferente na garantia de sucesso para as batalhas democráticas de 1989. Naturalmente, o quadro é, antes de mais nada, de leitura nem sempre fácil, apesar de bastante diferenciado. Pode-se ir da Hungria, onde de fato a iniciativa de mudança foi tomada por reformadores do POSU (com a marginalização de Kadar, a reabilitação de Imre Nagy, o congresso extraordinário com a transformação do partido) até a RDA, a Tchecoslováquia, a Bulgária onde, em todo caso, deve-se reconhecer aos reformadores o mérito de terem se mexido, mesmo que no último momento, para marginalizar o velho grupo

dirigente. Tampouco deve ser ignorada ou subestimada a presença, entre as forças e grupos de oposição e entre as forças que se bateram por liquidar os velhos regimes, dos grupos (basta lembrar os homens da primavera de Praga de 1968, os comunistas poloneses expulsos do partido depois do golpe militar de 1981 porque haviam apoiado o Solidariedade), que, no passado, foram protagonistas das grandes batalhas para reformar por dentro o socialismo soviético. Em todos os países, portanto, mesmo que de formas diversas, o impulso de baixo encontrou mais do que interlocutores até mesmo apoios – e por isso conseguiu, com a única exceção da Romênia, chegar pacificamente ao sucesso – dentro do filão anti-stalinista ou pós-stalinista do movimento comunista (o dos Bukharin, dos Nagy, dos Dubcek).

Relembrar isso não significa – e isso no momento em que a questão está no centro de um debate até mesmo político – considerar possível que, na Europa Central e Oriental, se possa avançar, sob o signo, senão de um “novo comunismo”, pelo menos de um “pós-comunismo” comum, na direção de uma nova recomposição unitária que caracterize esses Estados em nome da *perestroika* de Gorbachev. Indicando que um tal cenário não é realisticamente previsível, encontra-se o fato que todas, ou quase todas, as forças de esquerda operantes nos vários países, e entre elas mesmo aquelas provenientes dos velhos partidos, se recusam a reconhecer-se sob a insígnia dos partidos comunistas e apresentam-se como forças da esquerda européia, assumindo em cada caso a posição – como fez com extraordinária lealdade o “velho” Dubcek, ao ceder espaço para o “jovem” Havel – de que, a revolução democrática de hoje não é, nem pode ser, o retorno aos homens ou aos reformistas derrotados de ontem.

Dito isto, é porém inegável que as forças provenientes dos velhos partidos comunistas e presentes entre as alas dos movimentos que conduziram e conduzem as batalhas democráticas em todo o Leste europeu, representam, antes mesmo que um elemento de continuidade, que de fato o são, com as lutas conduzidas no passado para reformar o socialismo soviético, um testemunho de caráter verdadeiramente novo dos processos em curso. Essas próprias forças convidam a não se enxergar nos acontecimentos em curso apenas um retorno a Ialta.

## OS PERIGOS DA QUEDA DO IMPÉRIO

Exatamente pela presença nos países do Leste europeu, tão importante como vimos, de novos protagonistas, não mais controlados nem controláveis pela União Soviética (mesmo porque a hipótese de o império poder se transformar num Commonwealth está inteiramente superada – se é que foi sequer concretamente cogitada), nascem novos perigos (e Malta pode efetivamente ser vista, em primeiro lugar, exatamente como uma tentativa, por parte das duas grandes potências, de definir uma posição comum frente a eles). Pode-se mesmo perguntar, a esse respeito (levando-se em conta aquilo que se transformou também na Europa Ocidental, depois do abalo ocorrido nas relações dela com os Estados Unidos) se, mais que à Europa de 1945, não se estaria retornando de alguma forma à Europa do entre-guerras, aquele barril de pólvora pronto a explodir desde Dantzig até os Bálcãs. Que não se trata de um perigo inteiramente imaginário demonstra-o o fato de que a dissolução do império soviético parece recolocar em primeiro plano toda uma série de situações de crise que tem seu ponto de partida nas sublevações ocorridas em seguida ao desmembramento de outros impérios (os impérios Otomano e Habsburgo). Basta pensar no ressurgimento da “questão turca” na Bulgária, da questão da Transilvânia onde a minoria húngara opõe a Hungria à Romênia (para não falar na disputa iugoslavo-búlgara pela Macedônia e iugoslavo-albanesa pelo Kosovo).

Outras fontes de tensão, ainda mais graves, estão ligadas a Ialta e a acordos posteriores e isso se encontra na definição dada ou decretada pelos Aliados ao problema das fronteiras (com o reconhecimento pleno da soberania soviética sobre as três repúblicas bálticas, sobre um vasto território da Polônia oriental, com a Bessarábia e a Bucovina, roubada à Romênia e – ainda – com o “deslocamento” da Polônia em direção ao ocidente e a divisão da Alemanha).

Certamente não é apenas casual que todas essas “questões”, que se pode considerar como pertencentes ao passado, tenham-se tornado atuais e é seguramente real o perigo que deste ou daquele impulso nacionalista se possa avançar em direção a uma crise interestatal até mesmo grave. Como os velhos equilíbrios não existem mais e os novos ainda não estão formados é, portanto, possível que possam surgir zonas de vazio.

Exatamente por ser esse o estado de coisas, é importante que os velhos, assim como os novos protagonistas do cenário europeu saibam se movimentar com moderação e prudência. O que se pode dizer a esse propósito é que, sejam as grandes potências – e isso o demonstra o próprio acordo de Malta –, sejam os novos dirigentes dos países do Leste, todos vêm dando prova de possuir um notável senso de realidade. Basta lembrar, por exemplo, o modo como os governos dos países do sistema de alianças soviético – no momento em que o Pacto de Varsóvia não mais existe de fato como aliança militar – enfrentaram o problema das relações com a URSS: nenhuma parte elegeu a visa de saída unilateral do Pacto ou a neutralidade proclamada. Todos observam, em suma, que, de um lado o problema de fornecer garantias à URSS é real e, de outro que é importante, se não decisivo, até mesmo para o desenvolvimento das revoluções democráticas e anti-stalinistas em curso em todos os territórios do ex-império, fazer com que a *perestroika* de Gorbachev não venha a se fechar. Não nos encontramos porém diante de dados ou de escolhas definitivas e, portanto, o problema de fazer com que a passagem da velha para a nova Europa possa se dar sem conflitos dramáticos torna-se de extraordinária atualidade.

ADRIANO GUERRA foi correspondente do jornal *L'Unità* em Moscou e é pesquisador do Centro de Estudos de Política Internacional (CESPI) do Partido Comunista Italiano.